

# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 26 de maio de 2000

Ano 2 Nº 28

## CPE exige redução de preço dos combustíveis

*O governo reduziu a base de cálculo de cobrança do ICMS para a gasolina de R\$ 1,55 para R\$ 1,45 e os postos e as distribuidoras acenaram com a possibilidade de diminuir a margem de lucro.*

*Estas foram as principais decisões anunciadas ao término da audiência pública convocada pela CPE que investiga os preços dos combustíveis em SC.*

*No entanto, no transcorrer da semana boa parte dos proprietários de postos do Estado anunciaram que não poderão cumprir o acordo.*

Após a audiência pública, os membros da CPE e representantes de distribuidoras e de postos de combustíveis fizeram uma reunião fechada e anunciaram um acordo informal que vai permitir a redução da margem de lucro dos dois setores.

Porém, durante a semana foram muitas as especulações e apenas uma parcela dos revendedores concorda com a redução da margem de lucros. "Não vamos aceitar desculpas", falou o presidente da comissão, deputado Nelson

Goetten (PPB) nesta quinta-feira, bastante irritado com o argumento de grande parte dos proprietários de postos, que alegam não poder reduzir a margem de lucro de 16% para 15,5% sob a ameaça de quebrar.

Tentando consolidar o acordo para que os preços baixem, a CPE volta a se reunir nesta segunda-feira (29), às 14 horas, para discutir desta vez com o presidente do Sindicato das Distribuidoras e representantes das oito maiores empresas do ramo no país.

## Sindipetro não quer cumprir acordo

Durante a audiência aberta ao público o clima foi bastante tenso. "Não estamos aqui para fazer papel de idiota", afirmou Goetten ao encerrar a reunião na última segunda-feira, que durou mais de três horas. A colocação do parlamentar foi uma resposta aos proprietários de postos, que alegavam não ser possível reduzir o preço dos combustíveis ao consumidor.

A Comissão propôs R\$ 1,30 para o litro da gasolina, no entanto, Luiz

Antônio Amin, presidente do Sindicato do Comércio Varejista dos Derivados de Petróleo, disse que esse valor é impraticável e que os postos que estão vendendo combustível com valor muito reduzido estão sonegando imposto e adulterando o produto.

**Polêmica** – Outra questão bastante debatida refere-se à pesquisa do Ministério das Minas e Energia. Pelo levantamento, SC possui uma das gasolinas mais caras do país, além de ser o Estado onde as distribuidoras e postos alcançam a maior margem de lucro.

Já o presidente do Sindipetro diz que a pesquisa é furada e reflete apenas a realidade das capitais, declaração que irritou os membros da CPE.



(fotos Salom Soares)

Goetten questiona sindicato da categoria

Estiveram também presentes os deputados federais Edison Andrino (PMDB) e Gervásio Silva (PFL), promotores públicos, representante do Procon e o secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira.

Vieira garantiu que no período de 1º a 30 de junho o governo vai diminuir a cobrança do ICMS sobre os combustíveis. "Caso não haja redução de preços, vamos aumentar a alíquota de novo em julho".



Luiz Amin contesta pesquisa do Ministério

## OPINIÃO

## Financiamento para a Saúde



Em dezembro de 1999, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina aprovou, por unanimidade, a Emenda Constitucional Estadual nº 20, em consonância com a emenda aglutinativa semelhante que tramita no Congresso Nacional, que estabelece percentuais orçamentários fixos para a saúde no estado e nos municípios. Assim, Santa Catarina dá um bom exemplo para o país, antecipando-se ao compromisso de assumir maior responsabilidade no financiamento de ações e serviços de saúde, para o fortalecimento do SUS.

De acordo com a emenda, o Estado e os municípios catarinenses passarão a destinar 12% e 15% de seu orçamento à saúde, respectivamente. A adaptação orçamentária para esse cálculo deve obedecer a um percentual de ¼ do valor total, tendo o ano de 2004 como limite para esse novo ajuste. O orçamento mínimo para este ano é de 7%. Assim, o orçamento para a saúde nos municípios obedece à seguinte ordem: 2000 - 7%, 2001 - 9%, 2002 - 11%, 2003 - 13% e 2004 - 15%. No Estado, o cálculo é o seguinte: 2000 - 7%, 2001 - 8,25%, 2002 - 9,5%, 2003 - 10,75%, 2004 - 12%.

A saúde tem que ser prioridade máxima de todo governo, porque já é,

há muito tempo, prioridade da população. Na prática, a prioridade está na relação direta dos recursos disponíveis. Do contrário, a saúde ficará sempre de chapéu na mão, mendigando recursos. Por isso, esperamos a imediata aprovação da Proposta de Emenda Constitucional aglutinativa que tramita no Senado Federal, já aprovada na Câmara dos Deputados e na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que estabelece também a responsabilidade para a União, embora ainda não a ideal, pelo cerceamento imposto pela área econômica do governo federal.

Por outro lado, sabemos que o acréscimo dos recursos financeiros por si só não resolve os problemas da saúde no país. O SUS é o caminho, mas é preciso rever também o modelo assistencial, incrementando práticas "alternativas" às existentes e, principalmente, ações de prevenção e educação em saúde, saneamento básico, bem como a melhoria geral das condições de vida da população.

Estamos iniciando um trabalho de divulgação da nossa emenda constitucional estadual, já aprovada, para o reconhecimento de todos e para que o Estado e os municípios adaptem seus orçamentos do ano 2000 e seus planos plurianuais de acordo com essas novas exigências.

Deputado Volnei Morastoni(PT)

## Um risco para a suinocultura brasileira



Em 9 de maio passado, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos, com o apoio de associações de sete Estados, lançou um manifesto em Brasília contrário à implantação de grandes e megaempreendimentos nacionais e estrangeiros para produção de suínos financiados pelo governo federal, através do BNDES. A medida até mereceria elogios se os suinocultores brasileiros, em especial os catarinenses, não estivessem passando por sérias dificuldades financeiras em decorrência de empréstimos contraídos para modernização e subsistência da atividade.

As associações alertam que o mercado não suportará um eventual aumento da produção da carne suína. Prevêem que o excedente irá prejudicar os produtores tradicionais, principalmente da região Sul, contribuindo para o aumento do desemprego no campo.

Recentemente, a Comissão de Agricultura da Casa aprovou uma

moção endereçada ao Presidente e ao Ministro da Agricultura em defesa dos pequenos produtores, ressaltando que a liberação de empréstimos para investimentos às grandes empresas resultará na inviabilização de todo o segmento econômico vinculado à suinocultura, uma vez que encampará grande fatia do mercado em detrimento das atividades dos atuais suinocultores, que lutaram por mais de 30 anos para debelar a febre aftosa de seus rebanhos, conquistando a liberação para o comércio exterior de carnes.

Muitos catarinenses, com certeza, desconhecem que o nosso Estado é o maior exportador de carne suína do país, tendo um rebanho de aproximadamente quatro milhões de cabeças.

Diante desta realidade, o governo federal precisa, em primeiro lugar, adotar medidas urgentes que visem à manutenção do mercado e à proteção dos nossos produtores. Em vez de investir em megaprojetos, não seria mais inteligente valorizar a produção e proporcionar o crescimento de quem, na verdade, preocupa-se com o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país?

Deputado Moacir Sopelsa(PMDB)

### Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
 1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)  
 2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)  
 1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)  
 2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)  
 3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)  
 4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (sem partido)  
 Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621  
 imprensa@ale.sc.gov.br

### Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
 Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos  
 Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
 Editoração e Diagramação: Soraia Boabaid  
 Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas  
 Revisão: Margareth Genovez  
 Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves  
 Distribuição: Setor de Expedição  
 Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

## GERAL

## Helicóptero atenderá região do Vale o ano todo

Ao contrário do que aconteceu em temporadas anteriores, este ano o helicóptero utilizado na "Operação Veraneio" da Polícia Militar permanecerá o ano todo atendendo emergências na região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri). O equipamento ficará baseado em Joinville e servirá Itajaí, Blumenau, Gaspar, Jaraguá do Sul, Navegantes, Penha, Piçarras, Balneário

Camboriú, Porto Belo, Itapema, Bombinhas e suas imediações.

A permanência do equipamento foi resultado de uma união de esforços da Intersindical e do deputado Gilmar Knaesel (PPB), que fez a solicitação ao Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, obtendo uma resposta positiva do Coronel Walmor Backs. A PM é que arcará também com os custos da renovação do contrato de arrendamento do helicóptero para o ano inteiro.

A segurança de toda a região ganha, assim, um importante reforço, já que o helicóptero é um equipamento extremamente versátil. Sua utilização acontecerá nas mais variadas situações: socorro a acidentes rodoviários, capturas em assaltos, busca e salvamento, vistorias aéreas e policiamento preventivo.

A segurança de toda a região ganha, assim, um importante reforço, já que o helicóptero é um equipamento extremamente versátil. Sua utilização acontecerá nas mais variadas situações: socorro a acidentes rodoviários, capturas em assaltos, busca e salvamento, vistorias aéreas e policiamento preventivo.

## Grando lança livro sobre experiência da Frente Popular

O ex-deputado estadual e prefeito da Capital, Sérgio Grando (PPS), lançou nesta quarta-feira, na Assembléia, o livro "Florianópolis de Todos", um relato sobre a experiência da Frente Popular, a maior coligação de partidos do país, vitoriosa em 1992. Definindo a Frente como uma "representação da esquerda

tranqüila", Grando destaca que o livro traz um relato, elaborado há mais de dois anos, do governo, formado por forças políticas que se uniram para disputar as eleições com grupos tradicionais que sempre estiveram no poder em Santa Catarina. Criatividade foi a palavra de ordem, segundo ele, enfatizando iniciativas como o Orçamento Participativo, Cestão



Grando em sessão de autógrafos

do Povo, transporte nos morros, Reveillon e Natal das Luzes, transporte marítimo, cooperativa de barcos, desfavelamento da Via Expressa, Centro de Convenções em parceria com a iniciativa privada, garagem subterrânea e o Projeto Série, que dobrou o número de alunos em escolas municipais.

Grando informa ainda a participação dos secretários na elaboração do livro, ressaltando que a administração da Frente Popular foi um divisor de águas e que no futuro os prefeitos poderão administrar

melhor a cidade depois desta experiência. "O atual marketing nega a própria história, pois Florianópolis foi considerada a capital com melhor qualidade de vida em 95/96 pela ONU, pois invertia as prioridades para beneficiar os mais pobres. Os governos anteriores só beneficiavam a elite", argumenta.

## Combate à impunidade

Criado no âmbito do Governo, o Comitê Especial de Combate à Impunidade tem como objetivo coordenar os esforços dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a repressão do crime organizado. A iniciativa do projeto foi do deputado Nelson Goetten (PPB).

O Comitê terá representantes das Secretarias da Segurança Pública e da Justiça e Cidadania, das Polícias Militar e Civil, da Santur, do Poder Judiciário, dois do Poder Legislativo e um da OAB. Os membros serão indicados pelos titulares desses órgãos e nomeados pelo Governador do Estado. Suas atividades servirão de subsídios para as ações repressivas de competência das Polícias Civil e Militar e do Ministério Público, tendo competência para requerer informações de todos os órgãos e entidades da administração pública estadual, para o cumprimento de sua missão.

## PFL abre espaço para suplentes

A Região Serrana, mais especificamente o município de Lages, volta a possuir mais um representante na Assembléia. Trata-se do deputado Antonio Ceron (PFL), que assumiu nesta terça-feira, pela segunda vez este ano. A primeira foi no lugar de Paulo Bornhausen, e agora na vaga de Cesar Souza, que se licenciou por 120 dias para se dedicar à campanha eleitoral na

Grande Florianópolis.

Ceron permanece no Legislativo até a primeira quinzena de junho, quando retorna para a Secretaria do Mercosul, como secretário adjunto. Naquela oportunidade, assumirá em seu lugar o quarto suplente do PFL, Antônio Mauro Rodrigues de Aguiar, médico ortopedista com base eleitoral em Canoinhas.

## COMISSÕES

### Projetos de agricultores serão entregues ao governo

**P**ara debater as questões que envolvem as pequenas agroindústrias rurais e pesqueiras do Estado, discutindo problemas e necessidades dos produtores, a Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), atendeu requerimento do deputado Pedro Uczai (PT) e realizou nesta quinta-feira audiência pública com agricultores, pescadores, maricultores, sindicatos e representantes de empresas e órgãos ligados ao Ministério e Secretaria da Agricultura.

A principal reclamação é o excesso de burocracia para colocar em prática o Propagro - Programa de Apoio à Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira. A causa, segundo a categoria, é a falta de sintonia entre o discurso e a prática. Apesar de ser lei já regulamentada pelo governo do Estado desde 98, sua aplicação total ainda não é realidade. Segundo Uczai, existe para este ano uma verba de R\$ 1 milhão para financiamento de projetos de pequenas agroindústrias, dinheiro já garantido no orçamento estadual.

O Propagro prevê crédito subsidiado, assistência técnica garantida na produção e na agroindustrialização, inspeção sanitária, isenção de taxas públicas e selo de garantia de qualidade - o Sabor Colonial. Este selo vai facilitar a comercialização dos produtos, propor-



Comissão busca apoio para agricultura e pesca

cionando ao produtor um diferencial de mercado e maior apelo de venda. O presidente da Comissão de Agricultura disse que é impossível manter a atividade agrícola sem a agregação de valores e para que isso realmente ocorra é preciso acabar com vários entraves. O parlamentar citou a dificuldade para se obter linhas de crédito para os investimentos e as altas taxas cobradas pela fiscalização ambiental.

A Comissão de Agricultura vai encaminhar ao governo do Estado 80 projetos elaborados por agricultores que

querem se incorporar ao Propagro. A principal exigência para ser beneficiado é que o produtor obtenha, no mínimo, 80% da sua renda nessa atividade. A expectativa agora é que o governo viabilize esses projetos - destinados à melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e pescadores artesanais envolvidos nos processos de produção de característica familiar.

### Decretos legislativos não são votados

**P**ara desencanto da deputada Ideli Salvatti (PT), a Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), decidiu encaminhar ao Governo do Estado o acórdão do Tribunal de Contas, que a parlamentar queria transformar em decretos legislativos. Desde fevereiro último que Ideli tentava levar a Plenário dois decretos seus sustentando os editais que permitiam a concessão da BR-470 à iniciativa privada. A situação se estendia desde o início deste ano, quando apresentou requerimento solicitando a sustação da concorrência que permitia a concessão.

O Tribunal de Contas emitirá parecer

sobre a questão, apontando irregularidades e ilegalidades em contratos entre o DER e a Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí (Ecovale). Baseado nisso é que a Comissão de Justiça devolveu o documento ao governo, para que tome as providências cabíveis.

Ideli Salvatti considerou este fato como uma manobra dos deputados que apóiam o Executivo, a fim de que o governo federal assumira a concessão da BR-470, impedindo que a Assembléia interferisse no caso de pagamento de pedágio, por exemplo, resultante do processo de privatização daquela rodovia.

### CPE dos Presídios

**A**partir da próxima semana, a Assembléia constituirá mais uma Comissão Parlamentar Externa (CPE), com o objetivo de inspecionar as condições de segurança e higiene nos principais presídios e nos núcleos da Fucabem de Santa Catarina.

A iniciativa partiu da preocupação do deputado Manoel Mota (PMDB) com as constantes rebeliões e fugas, com o tratamento dispensado aos detentos e com as condições insalubres e de superlotação. Na sua opinião, "esses locais deveriam servir como ambiente de recuperação dos detentos, por meio de uma readequação social, aperfeiçoamento profissional e formação espiritual".

Agora as bancadas devem indicar seus representantes para compor a Comissão, com subsequente escolha do presidente e relator.

## COMISSÕES

### CPI do Narcotráfico ouvirá depoimentos em Joinville

Os parlamentares que integram a CPI que investiga o narcotráfico e o crime organizado em Santa Catarina, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), voltaram a se reunir internamente nesta quinta-feira para discutir uma série de ações a ser desenvolvida nos próximos dias.

O relator da Comissão, deputado Adelor Vieira (sem partido), adiantou que na próxima segunda-feira deve depor na CPI o secretário da Justiça, Paulo Cesar Ramos de Oliveira, ou o presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, Ildo Rosa.

Para a próxima quinta-feira (1º) serão ouvidos depoimentos em Joinville, requeridos pelo deputado João Rosa (PTB), do ex-delegado da Polícia Federal daquele município, Milton Barrios, e da ex-investigadora da Polícia Civil, Edilamar, atualmente presa em Jaraguá do Sul. No

entanto, outras pessoas poderão ser chamadas a depor no mesmo dia.

Vieira informou também que durante a reunião foram discutidos aspectos relacionados com a Lei Estadual de Proteção à Testemunha, que está em fase de elaboração, bem como a lei complementar que prevê a implantação do Fundo Estadual Antidrogas. Já existia projeto de lei neste sentido aprovado pela Assembleia, mas foi vetado pelo Governador do Estado.

Os membros da Comissão também já possuem um esboço da rota do narcotráfico em Santa Catarina, e agora as investigações neste sentido serão intensificadas, porque a partir do dia 15 de junho Adelor Vieira pretende iniciar a elaboração do relatório final da CPI.

Segundo relatórios da Polícia Militar, o Disque-Denúncias já alcançou mais de 900 ligações, que estão sendo investigadas criteriosamente.

### Velocidade para motos

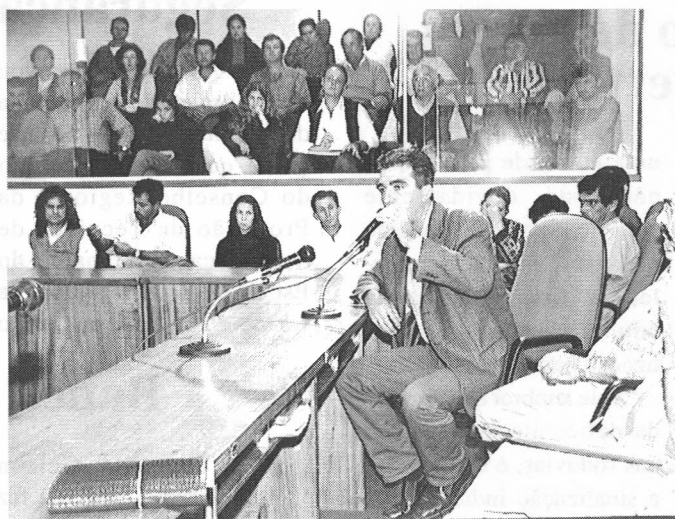
O deputado Nilson Gonçalves (PFL) requereu a constituição de Comissão Especial, composta por cinco deputados, para, num prazo de 30 dias, discutir e analisar com a Secretaria da Segurança Pública, Detran e DER a regulamentação da velocidade para motocicletas. Por omissão do Código Nacional de Trânsito, as motos são obrigadas a trafegar a 80 km/h, o que coloca em risco a segurança dos motoqueiros, por ser uma velocidade inferior à permitida aos outros veículos.

Segundo o artigo 61 do Código de Trânsito, a velocidade determinada para automóveis e camionetas é de 110 km/h; para ônibus e microônibus, de 90 km/h; sendo 80 km/h para os demais veículos, estando as motocicletas incluídas neste último caso.

### Assembléia discute saneamento do Norte da Ilha

A Comissão de Serviços Públicos, presidida pela Deputada Ideli Salvatti (PT), realizou dia 24 audiência pública, envolvendo representantes da Casan, Fatma e Ministério Público, com o objetivo de discutir os problemas de saneamento básico no norte da Ilha, especialmente em Canasvieiras, Jurerê, Ingleses, Santinho, Daniela, Praia do Forte e adjacências. A poluição das praias, fonte de renda da região, proveniente de esgotos clandestinos jogados diretamente no mar, foi a maior reclamação.

O diretor da Casan, Josué Ferreira, fez uma exposição sobre as obras de esgoto que estão em andamento, afirmando que não faltam recursos financeiros para a sua conclusão, mas alertou que a de Canasvieiras provavelmente não ficará pronta até o final do ano, época de mais



Líderes comunitários compareceram à reunião

turistas naquele balneário.

Citou ainda questões específicas sobre as obras de Canasvieiras, Jurerê e Daniela, os cronogramas das obras das lagoas de tratamento de esgoto, além de algumas soluções práticas para solucionar o problema. Confessou que a própria

Casan foi responsável por uma ligação clandestina de esgoto até o mar em Canasvieiras.

Embora superficialmente, falou a respeito de outras obras da empresa que estão sendo realizadas em Ingleses, Santinho e Capivari, principalmente sobre o início

do funcionamento das bacias previstas nos cronogramas. Comentou também algumas alternativas que poderão ser oferecidas à população da região para minimizar o saturamento das fossas sépticas, agravado pela falta de drenagem, mas não soube confirmar o número de pessoas que serão atendidas na região com a conclusão das obras.

No final da reunião Ideli comentou que o resultado da audiência foi positivo, uma vez que foram conseguidas mais informações a respeito do abastecimento de água na Praia do Forte, o licenciamento ambiental para a estação de tratamento para a região de Canasvieiras/Jurerê e possível solução para os extravasadores da Casan que jogam esgoto no rio, o qual desemboca no mar. Nova audiência ficou marcada para 1º de junho.

(foto Solon Soares)

## PLENÁRIO

### Aprovados projetos em defesa da mulher

A deputada Odete de Jesus (PPB) obteve aprovação nesta semana de dois projetos de sua autoria, ambos buscando resguardar direitos das mulheres. O primeiro proíbe qualquer ato discriminatório ou que atente contra a mulher no processo seletivo de admissão ao trabalho, durante a jornada ou quando da sua demissão. Entre esses atos estão o exame ou revista íntima em local inadequado e que não seja feito por outra mulher, exigência de boa aparência como requisito para admissão, exame de gravidez ou prova de esterilidade para admissão ou permanência no emprego e rescisão do contrato de trabalho por motivo de gravidez ou de casamento. A empresa infratora poderá ter a suspensão da sua licença de funcionamento por até um ano.

**Partes íntimas** - O outro projeto proíbe em todo o Estado a exposição de partes íntimas do corpo ou a indução de comportamentos eróticos utilizando-se da imagem de mulheres, jovens e ado-



Deputada Odete de Jesus

lescentes em anúncios publicitários, como outdoors, cartazes e placas. Quem violar a lei terá de pagar uma multa diária de duas mil ufirs.

### Preços expostos com destaque

Aprovado projeto de lei de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL), que dispõe sobre as formas de afixação de preços de produtos e serviços para conhecimento do consumidor. De acordo com a matéria, no comércio em geral deverá ser afixado em etiquetas ou similares diretamente nos bens expostos à venda, o preço à vista em caracteres legíveis.

Na impossibilidade de informar o preço conforme o estabelecido pela lei, será permitida a relação de preços dos produtos, que deverá ser colocada em local que o consumidor possa consultar. Estabelece, ainda, que nos estabelecimentos que operam com equipamento de leitura ótica, no caso de código de barras, o preço de venda poderá ser consultado pelos consumidores em leituras eletrônicas, localizadas dentro da área de venda dos estabelecimentos.

### Conversão de multa em advertência

Com o objetivo de melhorar a educação no trânsito, o deputado Cesar Souza (PFL) encaminhou indicação ao Departamento Estadual de Trânsito solicitando que seja convertida em advertência a primeira multa de trânsito anotada por excesso de velocidade detectado por radares ou lombadas eletrônicas.

De acordo com o parlamentar, "a tecnologia eletrônica tem facilitado a proliferação de radares e outros instrumentos aferidores de velocidade, que representam ainda para a grande maioria da população

uma novidade para a qual não está devidamente conscientizada. Tal medida preventiva pretende estabelecer uma campanha educativa de conscientização para o trânsito.

"Vale lembrar que em face da deficiente manutenção das rodovias, é notório que a sinalização indicativa de fiscalização por meio de radares nessas vias concorre para a sua inobservância por parte do condutor. Além disso, a população passa por momentos agudos financeiramente, devido a baixos salários e ausência de reajustes dignos", finalizou o parlamentar.

### Segurança do trabalho

A Assembléia aprovou projeto de lei de autoria do deputado Jaime Duarte (PPS), que autoriza a criação do Conselho Regional da Profissão de Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Santa Catarina, na forma do regime instituído

pelo art. 58 da Lei Federal nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Entende o deputado que a iniciativa valoriza a profissão dos técnicos em segurança de trabalho, que reclamam por fiscalização, como qualquer outra profissão regulamentada.

### Banco da Terra

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) fez um pedido de informação ao Governador do Estado indagando sobre as negociações do chamado Banco da Terra. Quer saber o número e os nomes das pessoas atendidas no Estado; os valores destinados por beneficiário do programa, incluindo a área de terra e a data da disponibilização dos recursos; os municípios de

residência dos contemplados; quantos demonstraram interesse no programa e não tiveram os processos deferidos; a previsão de atendimento ou disponibilidade de benefícios para o corrente exercício; o valor disponível para o exercício; os critérios utilizados para o atendimento dos pedidos e se existem requisitos de preferência.

## Sistema viário da região Norte

O deputado Adelor Vieira (sem partido) solicitou ao Ministro dos Transportes recursos financeiros para adequar o sistema viário da região Norte de Santa Catarina. Os recursos serão aplicados na pavimentação da rodovia SC-413, trecho Guaramirim/Vila Nova/Joinville, numa extensão de 27,5 km, com custo estimado em R\$ 18,5 milhões, e na implantação e pavimentação

dos anéis de contorno norte em Jaraguá do Sul/Guaramirim, sobre a BR-280 e respectivos acessos municipais, eliminando das áreas urbanas o tráfego de longo curso, com custo estimado em R\$ 31,9 milhões. Segundo Adelor, "a conclusão dessas obras virá atender toda a população da região Norte, bem como o Conselho de Desenvolvimento do eixo Joinville/Jaraguá do Sul e microrregião".

## Execução orçamentária

Com o objetivo de criar instrumentos que garantam a aplicação correta do orçamento, foi aprovado projeto de lei de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB) que estabelece normas para a execução orçamentária. De acordo com a matéria, fica vedado ao Poder Executivo a celebração de atos visando à transferência voluntária de recursos enquanto não forem realizados os investimentos apontados pelos municípios em audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Na hipótese de já haver sido celebrado o ato, o disposto na matéria aplica-se à transferência de recursos, com exceção dos que se destinam ao cumprimento de ações continuadas nas áreas da educação e saúde.

## Carta-fiança

De agora em diante os servidores públicos civis e militares do Estado, ativos e inativos, que precisam alugar casa ou apartamento para moradia, passam a contar com a carta-fiança, que visa substituir o avalista do imóvel, de acordo com o projeto de lei de autoria do deputado Jaime Mantelli (PDT), aprovado em Plenário.

Segundo a proposta, o documento será fornecido pelo órgão responsável pelo pagamento de pessoal até o valor máximo de 30% do total bruto percebido como vencimento pelo servidor. O valor da carta-fiança será descontado do servidor e depositado diretamente na conta bancária indicada pelo locador do imóvel até o 10º dia do mês subseqüente ao mês base. Mantelli justificou o projeto argumentando que muitos funcionários não conseguem alugar imóvel por não possuir a figura do fiador.

## Vencimentos de advogados

De autoria do Tribunal de Justiça do Estado, foi aprovada lei que fixa em R\$ 4.813,42 os vencimentos dos cargos de Advogados do Juízo da Infância e da Juventude da Capital e da Justiça Militar, integrantes da estrutura funcional do Poder Judiciário. O adicional por tempo de serviço e os reajustes de vencimento atribuídos aos advogados de ofício reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos demais servidores do poder.

## Proposições

**Deputado Cesar Souza** (PFL) ao Secretário da Saúde, solicitando providências no sentido de implantar um setor de Neurologia no Hospital Regional de São José.

**Deputado Rogério Mendonça** (PMDB) à Secretária da Educação, requerendo a construção de uma quadra de esportes coberta na Escola Básica Mont'Alverne, em Ituporanga.

**Deputado Ronaldo Benedet** (PMDB) ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando estudos para a estadualização do trecho rodoviário situado entre o trevo de Esplanada, em Içara, que percorre a comunidade de Olho d'Água, e o Balneário de Esplanada, em Jaguaruna.

**Deputado Sandro Tarzan** (PTB) à Secretária da Educação, indagando sobre as providências que estariam sendo tomadas para a definição do novo calendário escolar, adequado à realidade do Estado.

**Deputado Moacir Sopelsa** (PMDB) ao DER, requerendo a construção do trevo de acesso ao Bairro Natureza, situado no Núcleo Habitacional Fragosos, (SC-283), em Concórdia.

**Deputado Jaime Duarte** (PPS) ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando que envie à Assembléia projeto de lei complementar criando novas Varas Judiciais na Comarca de Joinville.

**Deputado Valmir Comin** (PPB) ao Superintendente do SBT em Santa Catarina, pedindo que viabilize a instalação de uma repetidora daquela emissora de televisão no município de Nova Veneza.

**Deputado Cesar Souza** (PFL) ao Chefe do 16º DNER/SC, solicitando uma mureta de proteção no vão central do trecho da BR-282, denominado "Via Expressa", na Grande Florianópolis, como medida de segurança e prevenção de acidentes.

**Deputado Joares Ponticelli** (PPB) aos diretores da Malwee Malhas Ltda., de Jaraguá do Sul, e do Grupo Batistella, de Lages cumprimentando-os, pelo recebimento da Ordem do Mérito Industrial de Santa Catarina, outorgada pela Fiesc.

**Deputado Adelor Vieira** (sem partido) ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas cumprimentando-os pelo 140º aniversário de emancipação político-administrativa do município, a ser comemorado em 13 de julho próximo.

**Deputado Nelson Goetten** (PPB) ao Governador do Estado, solicitando interveniência junto à Celesc no sentido de viabilizar a iluminação pública no trevo de acesso ao município de Ibirama, até a BR-470.

**Deputado Francisco de Assis** (PT) à Secretária da Educação, indagando sobre a situação das escolas públicas estaduais existentes em Joinville, se há previsão de construção de novos prédios escolares e qual o número de alunos matriculados nas redes estadual, municipal e particular.

**Deputado Valmir Comin** (PPB) ao Presidente da Associação dos Apicultores de Içara, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Apicultor, comemorado em 22 de maio.

**Deputado Cesar Souza** (PFL) ao Governador do Estado, solicitando que acione o órgão ambiental competente para a retirada de uma cabeça-de-pedra existente no leito do canal da Barra da Lagoa, na Capital, que tem causado colisões com embarcações.

**Deputado Joares Ponticelli** (PPB) às comunidades de Urussanga e Tubarão, cumprimentando-as pelo aniversário daqueles municípios, comemorados respectivamente em 26 e 27 de maio.

**Deputados João Henrique Blasi e Ronaldo Benedet** (PMDB) à Secretaria da Educação, solicitando a reabertura do Curso Técnico em Enfermagem no Colégio Estadual Walter Holthausen, em Lauro Müller. Lembram que vários profissionais que atuam em diversos hospitais do Estado formaram-se nesse curso, que foi desativado no início deste ano.

## ESPECIAL

## Sessão lembra os 50 anos da Fiesc

N uma sessão prestigiada por autoridades civis e militares e pelo presidente da Fiesc, José Fernando Xavier Faraco, a Assembléia, por proposição do deputado Sandro Tarzan (PTB), homenageou de forma solene nesta quarta-feira a Federação das Indústrias de Santa Catarina pelo seu 50º aniversário de fundação

O presidente Knaesel (PPB), abriu a sessão reverenciando o espírito empreendedor, a perseverança e competência do empresariado catarinense ao longo de sua história. Lembrou que Santa Catarina é uma das unidades da federação mais industrializadas e com um dos parques industriais mais diversificados do Brasil, exportando produtos de qualidade e avançada tecnologia.

Tarzan lembrou os imigrantes alemães e italianos que implantaram as raízes da industrialização no Estado, com ênfase ao comércio da madeira, à erva-mate, ao setor metal-mecânico no Norte e têxtil

no Vale do Itajaí. Fez um histórico desde a década de 30 até a contribuição do ex-governador Celso Ramos, que, ao lado de Guilherme Renaux, Adhemar Garcia, Alberto Gonçalves dos Santos e José Elias, fundou a Fiesc no dia 25 de maio de 1950, congregando os sindicatos de indústrias do Estado.

### Educação – Faraco

afirmou que muitas foram as mudanças na economia mas que nestes 50 anos os empreendedores continuam fazendo a economia catarinense sem o aporte de investimentos estatais ou de capitais multinacionais.



Tarzan homenageia Celso Ramos Filho

Avanços como a chegada do gás natural e as empresas incubadoras de base tecnológica foram lembrados, mas ele destacou que para o Sistema Fiesc a educação é o passaporte para a nova economia.

## Comissão de Saúde visita empresa que utiliza cimento amianto

Parlamentares da Comissão de Saúde e Meio Ambiente visitaram na quarta-feira (24) a empresa Imbralit Ltda., em Criciúma, que fabrica caixas d'água e telhas utilizando o cimento amianto, considerado por especialistas na área de saúde responsável por várias doenças, como insuficiência respiratória e câncer no pulmão.

O amianto é um mineral fibroso natural extraído de rochas, presente também na água e no ar. Seu emprego é comum em

produtos industriais nas áreas de fibrocimento, plásticos e nos setores de tintas, vernizes e colas. O risco para o trabalhador está na poeira de amianto, que pode ficar retida nos pulmões caso não sejam adotadas medidas preventivas.

Para o deputado Rogério Mendonça (PMDB), autor de projeto de lei que dispõe sobre a proibição do amianto, os riscos à saúde do trabalhador existem, apesar de algumas empresas adotarem normas de segurança. “Foi possível verificar que a

Imbralit, que possui aproximadamente 500 funcionários, segue as normas. Por outro lado, não podemos esquecer que a Comunidade Européia pretende banir a utilização desse produto até 2005. Entendo que há necessidade de preservarmos muitos empregos, mas também não podemos esquecer a saúde desses trabalhadores”, justifica.

Mendonça não pretende recuar na sua proposta, mas admite alterar o projeto, desde que a utilização do amianto diminua gradativamente e possa ser substituído. “A cerâmica vermelha seria uma alternativa”, explica.

Já o deputado Ronaldo Benedet (PMDB), que também visitou a empresa, destacou as medidas adotadas para proteção dos operários. “Os dirigentes mostraram de que forma o produto é trabalhado e explicaram que até hoje nenhum caso de doença entre os funcionários provocado pelo amianto foi registrado. “Não há motivos para não utilizar o cimento amianto. Tivemos demonstrações de que a saúde do trabalhador é preservada”, afirma.

### Agenda

**Dia 29** - às 14 horas - CPE dos combustíveis reúne-se com o presidente do Sindicato das Distribuidoras no Estado.

Local: Plenarinho

**Dia 29** - Abertura da exposição “Homenagem a Portugal” do fotógrafo Alberto Neves.

Local: Hall da Assembléia

**Dia 30**, às 11 horas - Comissão de Turismo debaterá sobre Prodetur.

Local: Sala das Comissões

**Dia 31**, às 17:30 horas - Comissão de Fiscalização ouvirá contadores do Besc, sobre balanços 98/99.

Local: Sala das Comissões

**Dia 1º**, às 14 horas - Comissão de Trabalho e diretores da Casan discutirão sobre recursos hídricos do norte da Ilha.